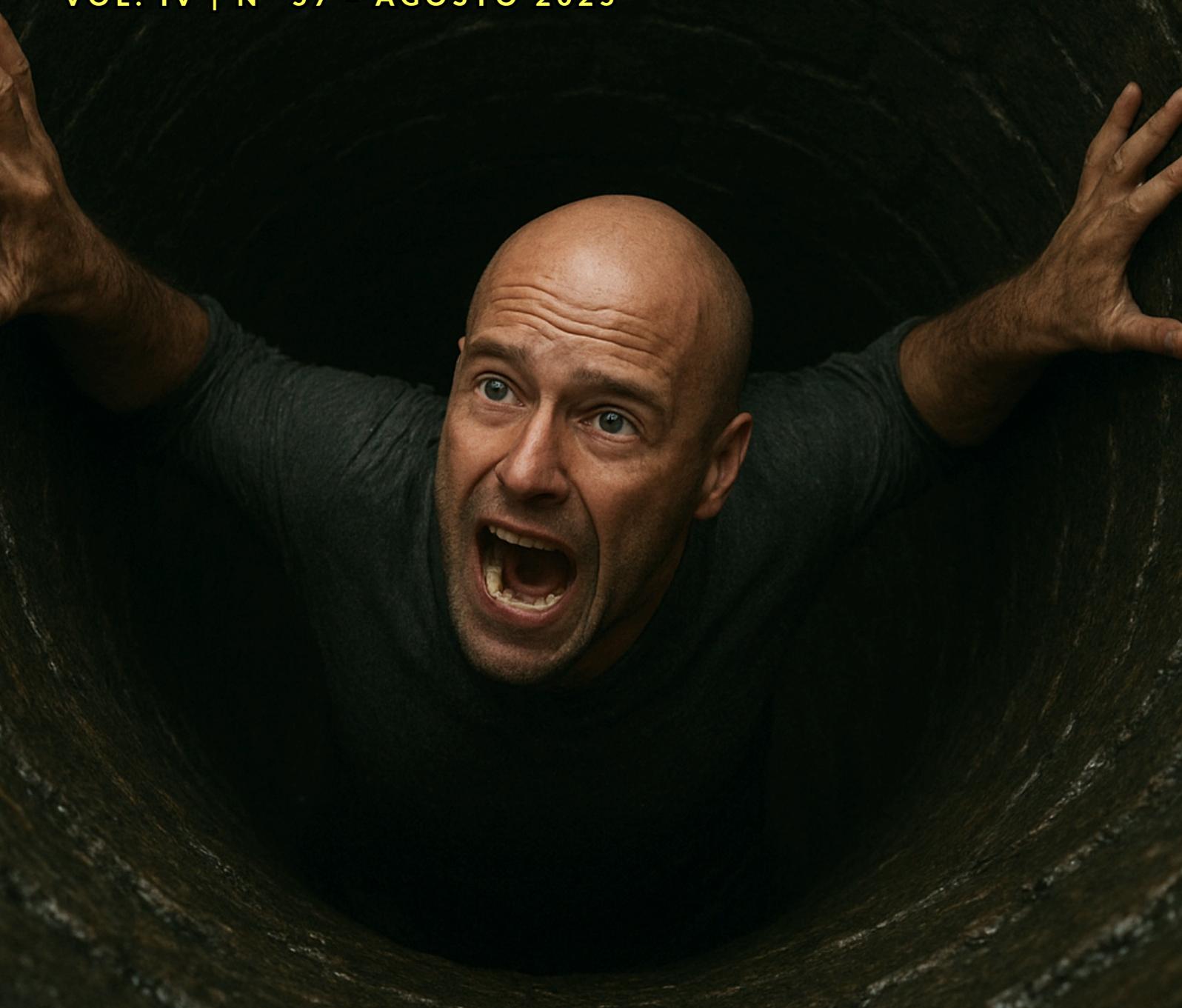


REVISTA

ISSN 2764-3867

# CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. IV | N° 57 - AGOSTO 2025



## TIRANIA EM VERTIGEM

# EDITORIAL

A Revista Conhecimento & Cidadania foi criada por uma família e amigos com o propósito de levar compreensão dos acontecimentos atuais e históricos ao maior número de pessoas possíveis. E exatamente por isso ela é totalmente gratuita e digital.

---

**Leandro Costa - Editor-Chefe**  
**Munique Costa - Designer de capa**  
**Pedro Costa - Editor Auxiliar**

---

## Produção e Designer

Leandro Costa  
Munique Costa

## Redação

Leandro Costa  
Munique Costa  
Pedro Costa

## Colunistas

Danielly Jesus  
Juliette Oliveira  
Leandro Costa  
Mauricio Motta

---

O conteúdo desta edição foi produzido por voluntários que autorizaram a publicação de seus trabalhos, não sendo remunerados, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

---

[www.revistaconhecimentocidadania.com](http://www.revistaconhecimentocidadania.com)



[Vaquinha online](#)



Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania



[revistaconhecimentocidadania@gmail.com](mailto:revistaconhecimentocidadania@gmail.com)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



[@conhecimentocidadania](#)



# Leandro Costa

## EDITOR-CHEFE

Servidor público,  
professor de Direito,  
idealizador do projeto  
Direito nas Escolas, autor  
do livro: Direito nas Escolas  
e Diretor na Associação  
Brasileira de Juristas  
Conservadores.

[www.leandroconservadorrj.com](http://www.leandroconservadorrj.com)

Revista Conhecimento &  
Cidadania  
Vol. IV – Nº 57  
Agosto de 2025  
Rio de Janeiro – RJ  
Menezes Costa  
CNPJ 28.814.886/0001-26  
ISSN 2764-3867

# COLUNISTAS

## LEANDRO COSTA

Servidor público, advogado impedido, professor de Direito, Diretor Acadêmico do projeto Direito nas Escolas e editor-chefe da Revista Conhecimento & Cidadania..

## DANIELLY JESUS

Jornalista (DRT), YouTuber, podcaster (Cafe com Dani no Spotfy), escrevo para os sites Mundo Conservador e PHVox, sou radialista na web rádio Atroz FM.

## MAURICIO MOTTA

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil.

## JULIETTE OLIVEIRA

Teóloga, filósofa e engenheira

## **Financiamento coletivo**

### **Precisamos de você, leitor**

Nosso esforço central é despertar as pessoas, com textos que estimulam a reflexão, aguçam a vontade de adquirir mais conhecimento e naturalmente enxergar a verdade.

Um mundo melhor é o que queremos, mas para que isso aconteça precisamos despertar, fazer a nossa parte, assim buscamos resgatar a cidadania através de conteúdo.

Sua doação permitirá:

- Manter a plataforma do site;
- Manter a revista digital gratuita;
- Edições de vídeos mais profissionais;

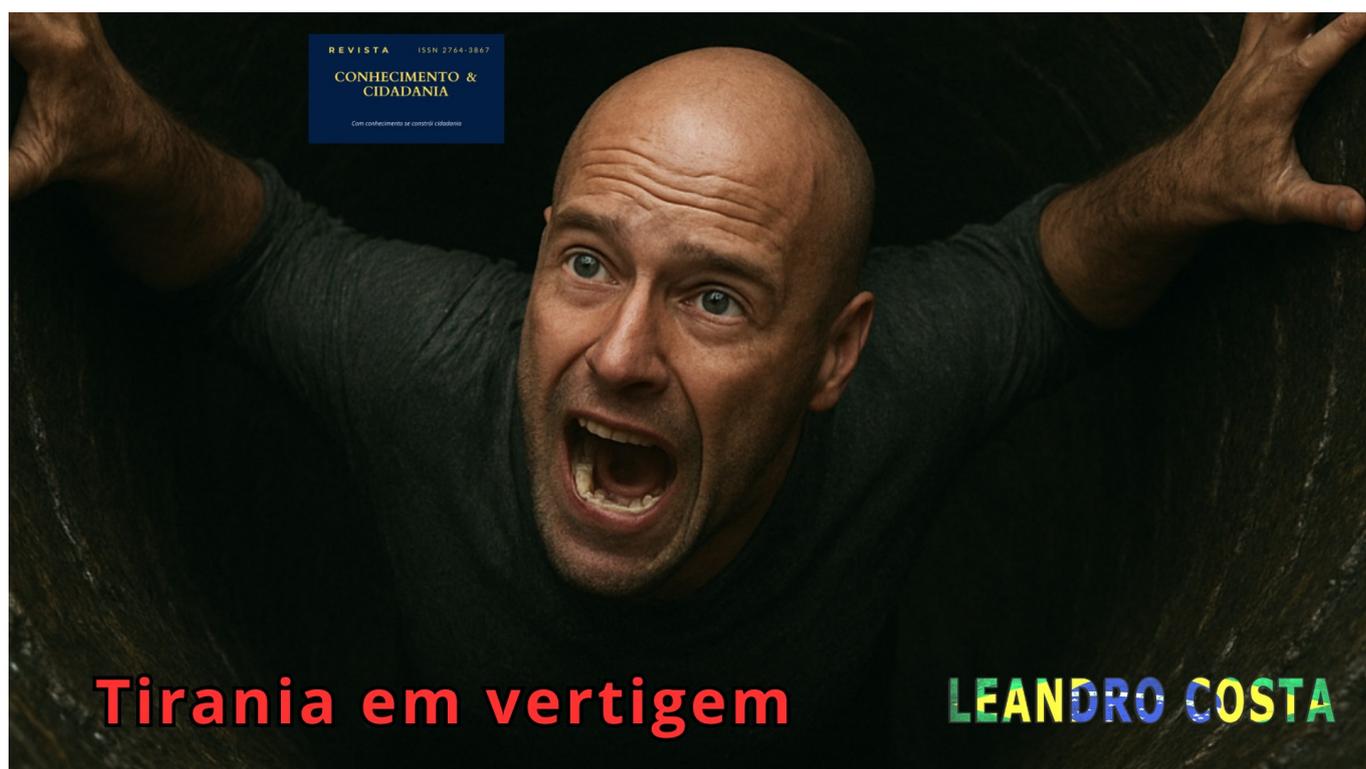
**[Clique aqui](https://www.vakinha.com.br/4961006)** e faça sua doação e também ajude compartilhando o link: **<https://www.vakinha.com.br/4961006>**.

Caso não queira se cadastrar na plataforma da Vakinha online, doe qualquer valor para a Chave PIX: **28.814.886/0001-26**.

Agradecemos seu apoio,

Editorial

## Tirania em vertigem



Aos vinte e seis dias do mês de julho de mil setecentos e noventa e quatro, Maximilien Robespierre, em seu discurso, falou sobre a existência de inimigos internos e conspiradores dentro dos comitês governamentais, sem, contudo, nomeá-los. O tirânico líder revolucionário, em que pese a redundância, haja vista que líderes revolucionários sempre são tiranos, ao afirmar que acreditava existirem inimigos internos e conspiradores, provavelmente, buscava, por meio de ameaça, exigir a lealdade dos membros da revolução, entretanto, o recado passado para os políticos na ocasião era que qualquer um poderia ser considerado um traidor e executado.

A fama de tirano conquistada por Robespierre era tamanha que ninguém ousaria ficar em seu caminho e suas ameaças, ainda que vagas, deveriam ser consideradas como um perigo real, pois havia meios para que ele pudesse pô-las em prática. A reação, por óbvio foi de pânico e, em um movimento natural de reação, foi ordenada a prisão e execução de Robespierre.

O tirânico líder da Revolução Francesa não adotou tal postura ao acaso, pois a prática, já comum, dos expurgos, na qual os líderes revolucionários exterminam, prendem ou ostracizam aqueles que consideram traidores, suspeitos ou que perderam a utilidade para a revolução, era adotada por Robespierre, todavia, sentido seu desgaste político, o tirano precisava recuar ou intimidar ainda mais os insatisfeitos, de forma que, poderia arrefecer sua postura despótica ou se tornar ainda mais maligno e ameaçar todos que ousassem o desapontar.

*Leandro Costa*

Na verdade, o tirano Maximilien Robespierre se via acuado, mas sua soberba, somada à falsa percepção da realidade e o temor da responsabilização por seus atos, o fizeram aumentar a agressividade como único meio de se manter no poder.

Se, por um lado, o arrogante revolucionário francês se colocava como uma criatura iluminada e, portanto, acima dos homens comuns, o quê o impedia de reconhecer suas falhas, por outro prisma, a loucura o consumiu ao ponto de se confundir com aquilo que falsamente pregava, logo, o tirano se via como única forma de democracia possível, como único líder digno de ocupar a posição de senhor sobre outros, renegando que outrem poderia ser melhor ou mais desejado pelo povo.

Sim, caro leitor, o título é uma flagrante ironia àqueles que se julgam bastiões da democracia quando, na verdade, sequer anseiam por uma, usando apenas uma faixa para iludir suas presas e, quando ascenderem ao poder, tornarem-se tiranos dispostos a suprimir o poder do povo, ainda que, para isso, tratem o verdadeiro titular do poder em uma democracia como um amontoado de pequenos tiranos.

O mesmo grupo político que admira todo o tipo de ditadura teve a coragem de produzir, com apoio de uma grande empresa de stream americana, um folhetim político fantasiado de documentário no qual a principal mensagem era que a democracia dependia da hegemonia da esquerda, ou seja, a maior ameaça à democracia era a existência de uma oposição e do crescimento dela. T tamanha era dissonância presente na propaganda autointitulada de documentário, que ela apontava que o sistema democrático estava em risco em razão da ascensão da direita e, por conseguinte, a polarização, o quê nada mais é que a verdadeira democracia.

Ao condicionar a democracia à hegemonia do espectro da esquerda, resta evidente que não se tratava da defesa de um regime democrático, mas de um rótulo usado para confundir os incautos e reagir ao surgimento de uma verdadeira democracia no Brasil. O termo falsamente empregado pela esquerda revolucionária era, tão somente, um verniz para encobrir sua tirania, de maneira que, a reação, que alegava ser a ascensão da direita uma ameaça à democracia, era nada além de um discurso dos tiranos que percebiam a aproximação de sua queda. Como Robespierre, a esquerda queria se colocar como única forma justa de governo e se atribuiu o título de detentora do monopólio da democracia.

Parece insignificante, e deveria ser, pois cada um deveria ser livre para produzir a obra de ficção que sua mente o permitir construir, mas quando os líderes revolucionários parecem acreditar, ou, ao menos, alimentam seus discursos doentios com premissas falsas que parecem tiradas de um filme de ficção ou de um manicômio.

Não por acaso, algumas das mais cruéis ditaduras insistem em se autodenominar como democracias, como a República Popular Democrática da Coreia, em que só o último nome é verdadeiro,

**Leandro Costa**

ou a extinta República Democrática da Alemanha, que era conhecida também como Alemanha Oriental, além de outros tantos que insistem em usar um rotulo tão descaradamente falso.

Assim como Maximilien Robespierre, um tirano que se percebe exposto e encurralado tenderá a se tornar ainda mais agressivo, posto que, [lutando para se manter no poder](#), precisará intimidar todos que considera como ameaça a sua tirania a qual intitulará como democracia para se revestir de um valor o qual, na verdade, não possui.

Ao final, o brado de um tirano à beira do abismo é nada além de um grito de desespero por estar encurralado e temendo enfrentar as consequências de seus atos, como um criminoso que, cercado pela polícia, reage como uma fera acuada por não saber se a melhor opção é o cárcere ou a morte. Há déspotas, como Adolf Hitler ou Getúlio Vargas, que preferem a morte ao julgamento, entretanto, não há dúvidas que o sonho de um tirano é morrer como Joseph Stalin ou Fidel Castro, impunes em relação aos crimes que cometeram.

Quando o mal se vê desnudo, não podendo negar sua verdadeira natureza, sua tendência é ameaçar para manter seu domínio, um bom exemplo é o do ditador narcossocialista venezuelano Maduro, que, exposto com líder do chamado Cartel dos Sóis, uma organização criminosa assim batizada em razão dos símbolos que o oficialato daquele país ostenta, passou a ameaçar os Estados Unidos da América, responsável por tal exposição, uma vez que o atual Chefe de Estado americano não se olvidou a enfrentá-lo.

O narcoditador venezuelano, acuado pela postura dos Estados Unidos da América que decidiu combater o narcossocialismo latino-americano de forma aberta, chegou a desafiar a nação que conta com o maior aparato militar do planeta a atacá-lo no Palácio Miraflores, local que deveria ser sede do Governo Venezuelano e que se encontra encampado há muito pelo Cartel dos Sóis.

Na prática, os Estados Unidos da América, ainda sob o governo do Partido Democrata, não reconheceu a eleição de Maduro, considerando que houve uma farsa para dar verniz de legitimidade ao governo estabelecido pela força do Cartel dos Sóis, o Brasil e outros países também se negaram a reconhecer as fraudulentas eleições venezuelanas, ou seja, a ação incisiva do Presidente Donald Trump contra a organização criminosa deveria ter respaldo internacional, seja pela ausência de legitimidade do regime imposto pelo cartel narcossocialista na Venezuela ou pela própria natureza do Cartel dos Sóis.

Se, por um lado, o regime venezuelano advém de um golpe de Estado que se prolonga desde Hugo Chavez, por outro prisma, é correto dizer que a organização criminosa que assumiu o controle, pela força, da Venezuela atenta contra o povo daquele país, que é sua vítima, e todas as demais nações que venha a ser inundadas por seus entorpecentes e seus agentes. No caso dos EUA o Trem de Aragua, que conta com o apoio, talvez fraterno do Cartel dos Sóis, é uma ameaça direta.

*Leandro Costa*

O regime chavista não se dissocia do Cartel dos Sóis, mas em verdade, a esquerda latino-americana parece ter uma aproximação mais que natural com o narcotráfico, como tratado nos artigos intitulados [O braço armado da revolução](#) e [A guerrilha](#), algo que o Governo dos Estados Unidos da América parece ter percebido e assumido o compromisso de investigar, expor e combater.

O próprio Foro de São Paulo, que no passado escondia sua existência, poderia ser associado aos cartéis de drogas que assolam as Américas, uma vez que, as FARC, organização de narcoguerrilha socialista que passou a ocupar espaço na política colombiana, chegou a participar dos encontros de tal grupo. Se, por algum motivo, os Estados Unidos da América investigar e provar alguma ligação real entre o Foro de São Paulo e os cartéis de drogas que tomaram quase tudo ao sul de suas fronteiras, hipótese na qual estaremos diante de uma verdadeira epifania geopolítica na qual a esquerda, se realmente tais laços existirem, precisará se revelar ou abandonar seu braço armado.

Ainda no campo da suposição, se parte da esquerda latino-americana, em quem sabe até da norte-americana, se associou ao narcotráfico não apenas no imaginário ideológico, mas no plano real, como supostamente o regime chavista o fez, seria correto presumir que o Foro de São Paulo pode ser, uma vez somadas suas ramificações políticas, sindicais, narcoguerrilheiras e outros movimentos, a maior organização criminosa do planeta e a preocupação do atual Chefe de Estado americano faria todo sentido.

Uma das medidas adotada pelo Governo Trump foi a inclusão de organizações narcoguerrilheiras como grupos terroristas, entre as quais, o Cartel dos Sóis, o Cartel de Sinaloa, o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho, movimento que não foi acolhido pelo Governo do Brasil, bem como, pelo regime venezuelano. O Paraguai, em ato recente, reconheceu o Cartel dos Sóis como organização terrorista, se somando ao esforço de combater e, se possível, erradicar o grupo em seu território.

As ameaças de Nicolás Maduro são gritos de uma fera acuada, lutando para não assumir as consequências de suas nefastas ações, que diz ser capaz de lutar contra o imperialismo americano e defender a soberania, não do povo venezuelano, mas a sua própria. O tirano se encastela e tenta colocar no caminho dos Estados Unidos o castigado povo daquele país, para que sirva de escudo como o Hamas faz com os palestinos e os traficantes com os moradores das favelas do Brasil.

Restará ao ditador venezuelano implorar por ajuda e se autoproclamar o defensor da democracia daquela nação, quando, na verdade, ele e seu predecessor foram os algozes do povo e da liberdade na Venezuela. De nada adianta avocar o título de bastião da democracia quando se é um violador de direitos, um tirano em estado de flagrante, senão para intimidar os que o cercam.

Associar-se ao regime chavista tornou-se uma postura repulsiva que atrai, não apenas a ojeriza daqueles que anseiam a liberdade, mas os canhões da maior potência livre do mundo. Ao estender a mão a Nicolás Maduro, o Presidente da Colômbia, por exemplo, adota a postura esperada de alguém que está

**Leandro Costa**

ligado à ditadura narcossocialista venezuelana, dando maior robustez a uma suspeita no que tange à atuação do Foro de São Paulo junto à narcoguerrilha, quem sabe como centro nervoso.

A Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela, Caryslia Beatriz Rodrigues, alvo de sanções dos Estados Unidos da América e da União Europeia por fazer parte do regime narcossocialista do Cartel dos Sóis que tomou o poder naquele país, sendo a face que ocupou o Poder Judiciário, adotou um discurso em defesa da soberania e das instituições que, na verdade, se propõe a defender tão somente o ditador de quem ela é aliada.

O [Judiciário partidário](#) não parece novidade, mas tudo indica que na parte do continente americano ao sul do trópico de câncer, a situação fica ainda mais evidente, rachando o verniz de democracia e expondo que as ditaduras socialistas, consolidadas ou não, se mantêm no poder com uma ajudinha de um poder que abriu mão de sua sagrada imparcialidade para se tornar um agente da mudança, sendo que alguns de seus membros ainda se orgulham de tal distorção.

Na América Latina, em que membros e aliados do governo adentram sem quaisquer óbices ou constrangimentos em [regiões sob o domínio das mesmas organizações que se recusam a tratar como terroristas](#), os brados em defesa de uma democracia sem liberdade e da soberania de poucos iluminados sobre um povo que intitulam como pequenos tiranos, nada mais são que demonstrações de desespero diante das consequências de seus atos.

Assim como Solano Lopez armou adolescentes para não perder o poder, Nicolás Maduro não se furtará em colocar os mais frágeis em sua linha de frente para que morram, não por seu país, mas pelo cartel que os escravizou. Usando, deliberadamente, o povo que tanto maltratara como escudo para, a exemplo do Hamas, acusar os Estados Unidos da América de um massacre contra inocentes. Talvez algumas autoridades também prefiram destruir todo um sistema bancário, usando o próprio povo como escudo, para não enfrentarem sanções impostas por seus desvios, mas só o futuro responderá qual o limite do poder de tais tiranos.

Ao perceberem que seus castelos estão prestes a desabar, os tiranos lutarão para permanecer no poder e ameaçarão atacar os dissidentes e qualquer um que não lhes jurem obediência, mas ao final, como Robespierre, os déspotas encontrarão seu trágico fim.

Que Deus proteja o povo venezuelano e guie as forças americanas para que o Cartel dos Sóis, e, se for o caso, o Foro de São Paulo, seja destruído e todo o continente americano possa se ver livre do narcossocialismo, bem como, nos permita conservar a liberdade, a moral e a fé para reconstruirmos as nações ao sul do trópico de câncer.

Leia também: [Uma nação perdida](#)



## A verdadeira compaixão pela mulher



Nos últimos tempos, o Instagram incorporou algumas características do Facebook. Uma delas é a visualização de postagens de perfis que não seguimos, e, em nosso ímpeto, acabamos por comentar. Às vezes, esta atitude pode nos trazer algumas dores de cabeça, mas, a depender do caso, vale a pena.

Exponho neste artigo minha experiência pessoal sobre isso: dia desses, no Instagram, deparei-me com uma matéria do portal Metrôpoles, cujo título é: [“Estuprada, mulher tem intestino e útero furados durante aborto legal”](#). Antes de analisar as diversas problemáticas, vamos conhecer esta história.

A vítima, que era casada, sofreu uma violência sexual em uma rodoviária no Distrito Federal. Não sabemos a razão, a jovem de 24 anos não relatou o fato a seu marido. Contudo, ele acabou por descobrir e a agrediu.

No registro do boletim de ocorrência por agressão, a jovem relatou o estupro. E a situação, que já estava ruim, se transformou em um calvário.

A moça foi levada para realizar o procedimento de aborto no Hospital Materno Infantil (o que seria irônico se não fosse terrivelmente trágico). O local, que deveria servir para trazer à luz foi utilizado para ceifar a vida de um inocente. E para piorar, a jovem foi vítima de nova violência: ela teve o intestino e o útero perfurados durante o procedimento, e agora, ela usa uma bolsa de colostomia.

Ao me deparar com esta situação tão trágica, me comovi por ela: sem marido, em um abrigo com a

*Danielly Jesus*

filha de dois anos, submetida a um procedimento nefasto e, na mesa cirúrgica, foi tratada como carne de açougue.

Imediatamente após isso, lembrei do lema número um das feministas: *“Aborto seguro salva vidas”*. E então, na postagem, eu questionei: *“Ué, mas não era o 'aborto legal' que salvaria vidas?”*. E aqui inicia a minha saga.

Imediatamente, uma enxurrada de comentários de pessoas com QI -83 vieram me acusar de estar zombando da vítima. Jamais! Meu questionamento nunca foi direcionado a esta moça, e sim para as defensoras do ato mais nefasto praticado pelo ser humano.

Selecionei alguns para que o leitor veja como atua a turma do *“Mais amô, pu favô”*:

*“essa deve tirar -2 na redação do enem”*

*“impressionante, 36 anos e não sabe interpretar texto”*

*“o tamanho do eco que faz nessa sua cabeça é surpreendente”*

*“você devia estar mugindo e pastando por aí, sério”*

*“Não dá pra esperar outro comentário da seita Bolsonarista”*

*“seu comentário provando que sua laia é completamente desprovida de inteligência”*

*“Desprovida de raciocínio”*

*“tu é burra ou se faz??”*

*“chegou a bolsominion que faltava”*

*“imagina ter falta de cognição assim que lindo”*

*“no perfil da infeliz ainda fala de ”Jesus ” (que é meu sobrenome, diga-se de passagem)*

*“mulher conservadora é uma piada tão grande kkkk”*

Contudo, de todos os comentários, os que mais me chamaram a atenção foram aqueles que desejaram que eu fosse violentada. Trago-os aqui ao leitor:

*“espero q passe pelo msm q ela pra desenvolver sua empatia (...)*

*E sim eu volto a desejar que você passe pela mesma situação que ela, ou que eu passei, porque gente da sua laia só sabe a hora de calar a boquinha quando começa a usar o mesmo sapato”*

Antes de tudo, se faz necessário explicar aos jornalistas o óbvio: não existe aborto legal no Brasil. O que existe são exceções, três em específico, que constam no Art. 128 do Código Penal. Logo, dizer que a moça foi submetida a um *“aborto legal”* é o que Donald Trump cunhou como *fake news*.

Outro ponto: a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus tentáculos disseminaram o termo *saúde reprodutiva*. Bom, se a mulher realiza um procedimento onde precisa ser introduzida uma agulha de 30 centímetros, com solução salina, cujo objetivo é alcançar o coração do bebê, e ele morre em

*Danielly Jesus*

consequência de uma parada cardíaca, e esse bebê precisa ser cortado em diversas partes para ser retirado, onde que isso pode ser chamado de saúde? Até porque, utilizando os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o aborto é considerado a quinta causa de morte materna no Brasil.

E mais: [aborto seguro](#), não existe. Vou reescrever *ipsis literis* um trecho de uma reportagem que relata isso:

*"Uma das mulheres, A.N.T., 29, saiu do estado (da Geórgia) para fazer o procedimento na Carolina do Norte, mas perdeu o horário da consulta em decorrência de um acidente de trânsito na estrada. Ela foi instruída a usar pilulas abortivas - mifepristona e misoprostol-, **UM DOS MÉTODOS CONSIDERADOS SEGUROS** e recomendados pela OMS (Organização Mundial da Saúde).*

*Já de volta à Georgia, "A" precisou ir ao hospital por sangramento excessivo e lá descobriu que havia tecido em seu útero. Um procedimento de dilatação e evacuação resolveria o problema, mas os médicos, temendo represálias, decidiram esperar até não haver batimento cardíaco fetal.*

*A espera culminou numa infecção generalizada e, quando o procedimento foi autorizado, "A" não sobreviveu à intervenção. Ela deixou um filho de 6 anos."*

E atenção a um trecho de um artigo científico (antes que me chamem de “negacionista”), publicado na Revista PubMed Central:

*“Na Finlândia (...) o risco de morte por aborto induzido legal é relatado como sendo quase quatro vezes maior do que o risco de morte por parto”.*

*“...o risco de mortalidade em gestações subsequentes ao aborto aumenta devido a morbidades induzidas pelo aborto, como parto prematuro e placentação anormal.”*

*“Nos Estados Unidos, a taxa de mortalidade por aborto induzido legal realizado com 18 semanas de gestação é mais que o dobro daquela observada em mulheres que tiveram parto vaginal.”*

*“ O risco de morte por aborto legal aumenta em 38 por cento a cada semana após oito semanas de gestação. Está documentado que o aborto induzido, geralmente em gravidez avançada, leva ao aumento do comportamento de risco que resulta em morte por overdose de drogas, suicídio ou homicídio.”*

Ah, e mais um trecho deste artigo maravilhoso para que o leitor possa mostrar (ou “esfregar”, como queira) no nariz dos defensores do ato:

*“Tem havido desinformação generalizada sobre o aborto legal. Parece que as mortes raramente ocorrem e o aborto é considerado um procedimento muito seguro. Ao discutir a mortalidade relacionada à gravidez, é preciso reconhecer que as alterações fisiológicas começam assim que a gravidez começa. O aborto induzido interrompe esta fisiologia normal e existem riscos únicos devido a esta intervenção.”*

*Danielly Jesus*

A quem interessar possa, o título do artigo é *"Induced Abortion and the Increased Risk of Maternal Mortality"*. Desfrutem.

Voltemos ao meu comentário na postagem do portal Metrôpoles.

Vendo a proporção que um simples questionamento causou, percebi o seguinte: nós, conservadores, não devemos mais repetir que aborto é assassinato. Quem defende a prática, no fundo, sabe disso.

O que estes que defendem algo tão abjeto não querem que as pessoas saibam é que o procedimento não traz saúde ou dignidade para a mulher. Eles não querem que as consequências nefastas do ato sejam difundidas.

Todos os defensores do aborto repetem o mantra: *"Se o aborto for legal, realizado em hospital, com todos os recursos, certamente a mulher não vai sofrer"*. Contudo, o ocorrido com a jovem de Brasília é a prova de que não importa se a prática é realizada em um fundo de quintal ou no maior hospital da América Latina. O problema está no ato em si.

Nos comentários, me acusaram de não sentir empatia pela vítima. Oras, na cabeça destes analfabetos funcionais (para dizer o mínimo), se eu sou contra o aborto, não tenho empatia. Meu Deus! Se eu sou contra é justamente por sentir compaixão pela mulher! O que não quero para mim jamais vou desejar ao meu próximo - bem diferente de quem quer meu mal.

Sinceramente, eu gostaria de saber quem é essa moça. Quero ajudá-la. Desejo que ela seja amparada e cuidada. Espero que ela se recupere de todo o mal que lhe fizeram. Quanto àqueles que querem que eu seja estuprada, um recado de Nosso Senhor Jesus: *"Raça de víboras, como podem vocês, que são maus, dizer coisas boas? Pois a boca fala do que está cheio o coração"* (Mateus 12.34).

Leia também: [Ser ouvido](#)

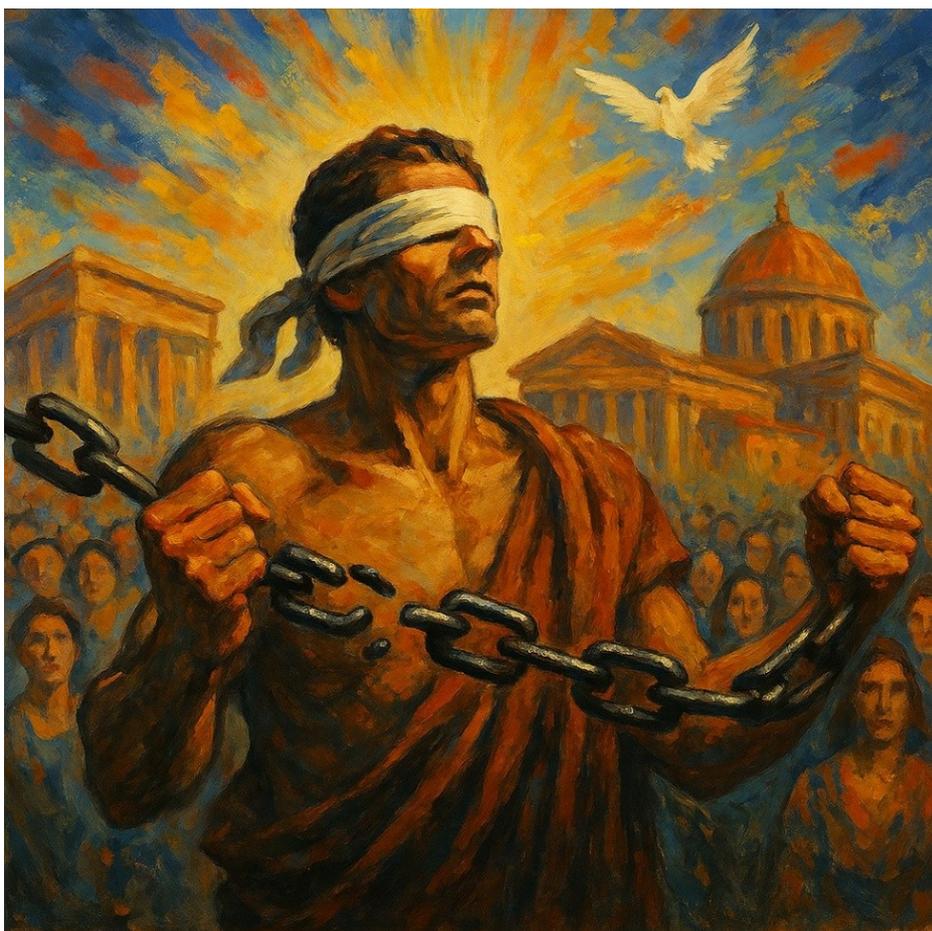


*Juliette Oliveira*

## **Liberdade e Legado Quando o Direito vira imposição**

A liberdade é um conceito que pulsa entre o concreto e o abstrato, entre a história e a consciência. Ao escrever sobre suas dimensões objetiva e subjetiva, buscamos mais do que uma definição — buscamos compreender como ela se manifesta, se esconde e se transforma ao longo do tempo. Vivemos em uma era que se autoproclama livre. A liberdade é o mantra das democracias modernas, o slogan das redes sociais, o argumento dos debates públicos.

Esse conceito tão exaltado quanto mal compreendido atravessa séculos como bandeira de luta, promessa de emancipação e, mais recentemente, como produto de consumo. Da guilhotina à hashtag, ela mudou de forma, mas não de função: continua sendo o instrumento pelo qual se mede o que é aceitável, o que é justo, o que é humano. Mas há algo inquietante nesse cenário: a liberdade deixou de ser uma conquista e passou a ser uma exigência. Somos obrigados a ser livres. E essa obrigação, paradoxalmente, tem nos tornado menos livres.



A Revolução Francesa é frequentemente lembrada como o marco fundador da liberdade moderna. O fim do absolutismo, a queda da Bastilha, a Declaração dos Direitos do Homem — tudo isso compõe o

*Juliette Oliveira*

imaginário de uma sociedade que finalmente se libertou das amarras da tirania. Mas a história, como sempre, é mais complexa.

Como vimos no artigo anterior, a mesma revolução que proclamou liberdade, igualdade e fraternidade também instaurou o Terror, perseguiu dissidentes e justificou a violência como meio de purificação política. Foi, sem dúvida, um marco na construção da modernidade política. Contudo, como visto no artigo anterior, a tensão entre emancipação e violência revela um paradoxo que atravessa séculos: a liberdade, quando absolutizada ou instrumentalizada, pode se tornar seu próprio oposto.

Rousseau, ao propor que o homem seja “forçado a ser livre”, não estava defendendo tirania, mas apontando para um dilema entre autonomia individual e pertencimento coletivo. Dilema que ainda nos assombra: a liberdade como contrato social exige renúncias. O problema surge quando esse contrato é manipulado por quem confunde vontade geral com vontade de poder — seja um rei, um partido ou um algoritmo.

Historicamente, a liberdade foi um ideal perseguido por séculos. Lutou-se contra tiranias, contra censuras, contra estruturas que oprimiam corpos e mentes. Hoje, o espírito revolucionário sobrevive em slogans e discursos, mas perdeu sua profundidade filosófica. A liberdade virou performance. E a performance, como sabemos, exige plateia, aplauso e roteiro. Temos uma inversão curiosa: não se trata mais de lutar por liberdade, mas de se submeter a ela. A sociedade contemporânea construiu um dogma — quem não se encaixa na narrativa dominante da liberdade é visto como retrógrado, perigoso ou simplesmente ignorante.

Na sociedade atual, a liberdade não é apenas um direito — é um dever. Espera-se que sejamos livres, autênticos, empoderados. O dilema “meu corpo, minhas regras” é um exemplo emblemático. Tornou-se um imperativo moral absoluto, que exclui qualquer nuance, qualquer debate, qualquer reflexão sobre os limites entre o eu e o outro. A liberdade corporal, quando transformada em dogma, deixa de ser escolha e passa a ser obrigação ideológica. Não se pode discordar, ponderar ou questionar — sob pena de ser cancelado, silenciado ou rotulado. Nesse contexto, a liberdade não liberta: ela constrange.

É nesse cenário que se impõe uma reflexão mais profunda sobre os limites da liberdade subjetiva quando desconectada da estrutura objetiva. É importante reconhecer que a filosofia não se limita à exaltação ou condenação: ela interroga, provoca e desestabiliza certezas.

E isso se estende a todas as esferas da vida. Essa liberdade obrigatória se manifesta também nas escolhas cotidianas. Somos livres para escolher nossa identidade, nossa profissão, nossa verdade — desde que essas escolhas estejam dentro dos limites do que é socialmente aprovado. Somos bombardeados por discursos que exaltam a autonomia: escolha sua carreira, seu gênero, sua identidade, sua verdade. A liberdade virou um produto — e como todo produto, tem embalagem, marketing e prazo de validade. A

*Juliette Oliveira*

ilusão da escolha é reforçada pelas redes sociais, palco principal da liberdade performática. Ali, somos livres para dizer o que pensamos — desde que o pensamento esteja dentro dos limites do algoritmo. A liberdade de expressão virou liberdade de repetição.

No Brasil contemporâneo, temos liberdades garantidas constitucionalmente — expressão, voto, associação. Mas será que essas liberdades são plenamente vividas? Quando decisões políticas são tomadas em gabinetes fechados, quando o acesso à informação é desigual, quando a participação cidadã se limita ao espetáculo eleitoral — estamos diante de uma liberdade performada, não experienciada. E quando alguém ousa sair da linha, o sistema reage com força: denúncias, bloqueios, exclusões. A liberdade, nesse contexto, é vigiada, monitorada e punida.

A liberdade subjetiva, nesse contexto, pode se tornar uma ilusão confortável. Sentimo-nos livres porque escolhemos, mas não sabemos o que nos é negado. Ao questionarmos os limites da liberdade vivida, propomos que essas conquistas só se realizam plenamente quando acompanhadas de consciência crítica e estrutura transparente. A verdadeira liberdade não está apenas em agir conforme a própria vontade, nem apenas em obedecer a leis justas. Ela floresce quando há espaço para o diálogo, para o dissenso, para a escuta.

Talvez o aspecto mais perigoso dessa nova configuração seja a tirania disfarçada de boas intenções. Em nome da proteção, da inclusão, da segurança, propõem-se medidas que restringem justamente aquilo que se diz defender. Um exemplo claro é o debate sobre a regulação das redes sociais. A proposta parece sensata: combater fake news, proteger usuários, evitar discursos de ódio. Mas quem define o que é verdade? Quem decide o que é ódio? Quem fiscaliza os fiscalizadores? A regulação, quando feita sem transparência e sem limites claros, transforma-se em censura. E a censura, mesmo quando bem-intencionada, é sempre uma ameaça à liberdade.

A história nos ensina que regimes autoritários raramente se apresentam como tal. Eles chegam com promessas de ordem, de justiça, de progresso. E é justamente por isso que são perigosos: porque seduzem, convencem, conquistam. A liberdade, para sobreviver, precisa desconfiar das boas intenções. Precisa resistir à tentação de entregar sua essência em troca de segurança. A Revolução Francesa nos ensinou isso — mas parece que esquecemos.

Estamos, portanto, diante de um paradoxo: quanto mais se fala em liberdade, menos ela é vivida. A liberdade verdadeira não é aquela que nos é imposta, mas aquela que escolhemos com consciência, com responsabilidade, com disposição para o risco. Ser livre é poder dizer “não” — inclusive ao discurso dominante da liberdade.

A liberdade não é uniforme, não é absoluta, não é confortável. Ela exige conflito, exige dúvida, exige coragem. E talvez por isso esteja sendo substituída por uma versão mais palatável: a liberdade

*Juliette Oliveira*

domesticada, higienizada, aprovada por comitês e algoritmos. Essa versão não incomoda, não provoca, não transforma. Mas também não liberta.

O que resta, então, é a liberdade interior — aquela que não depende de aprovação externa, que não se curva às tendências, que não se vende em pacotes ideológicos. Essa liberdade é silenciosa, discreta, resistente. Ela não precisa ser exibida, nem defendida com slogans. Ela vive na recusa, na dúvida, na escolha consciente.

E talvez seja essa a liberdade que mais incomoda: a que não se deixa capturar. A que não se transforma em bandeira. A que não se presta à tirania das boas intenções. Porque essa liberdade, quando vivida de forma autêntica, revela o que muitos preferem esconder: que o verdadeiro poder está em não se deixar obrigar — nem mesmo a ser livre.

Se a liberdade performática nos aprisiona em narrativas ideológicas e algoritmos, talvez seja hora de olhar para uma liberdade que transcende o tempo, o poder e a cultura — a liberdade espiritual. Na tradição cristã, a liberdade não é apenas um direito humano, mas um dom divino. “Para a liberdade foi que Cristo nos libertou” (Gálatas 5, 1) — não uma liberdade que se impõe, mas que se oferece; não uma liberdade que exige, mas que convida.

Essa liberdade não se confunde com autonomia irrestrita, nem com a ilusão da escolha mercadológica. Ela é a liberdade de viver segundo a verdade, mesmo quando essa verdade é incômoda. É a liberdade de servir, de amar, de renunciar. Paradoxalmente, é na entrega que se encontra a libertação. Como dizia Agostinho, “Ama e faz o que quiseres” — porque o amor verdadeiro orienta a vontade para o bem.

A liberdade interior, que este texto evoca, encontra eco profundo na fé: é o espaço onde a consciência se encontra com o eterno, onde o ser humano deixa de ser escravo de si mesmo para se tornar filho. Não se trata de submissão cega, mas de confiança radical. A fé não anula a liberdade — ela a purifica. E é nesse encontro entre liberdade e transcendência que o ser humano pode finalmente dizer “sim” sem medo, e “não” sem culpa.

Em tempos de tiranias disfarçadas de boas intenções, a liberdade espiritual permanece como resistência silenciosa. Ela não precisa de palco, nem de aplausos. Vive na escuta, na oração, na coragem de ser autêntico diante de Deus e do mundo. Porque, no fim, a verdadeira liberdade não é fazer tudo — é saber o que não se deve fazer. E isso, talvez, só se aprende quando se olha para o alto.

Leia também: [A Revolução que calou os altares](#)



## Maquiagem e estética para o baile Educacional Brasileiro



Nos anos 1990, o Brasil enfrentou uma encruzilhada histórica que moldou seu futuro educacional. Em meio a esforços para estabilizar uma economia marcada por décadas de inflação galopante, o país buscava também se reposicionar no cenário global, demonstrando capacidade de modernizar suas estruturas sociais e institucionais. Nesse contexto, a educação emergiu como peça central nas negociações com organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que condicionavam financiamentos a reformas estruturais. A questão central, porém, permanece: até que ponto os acordos internacionais firmados para melhorar indicadores educacionais promoveram mudanças reais na qualidade do ensino? Ou será que, na ânsia por cumprir metas externas, o Brasil recorreu a soluções artificiais que maquiaram problemas estruturais sem resolvê-los? Na verdade, o leitor já deve imaginar a resposta a esta pergunta, mas vamos tentar entender como tudo se desenrolou até chegarmos onde estamos.

O sistema educacional brasileiro, antes mesmo das pressões externas dos anos 1990, já carregava um fardo de problemas históricos. A escola pública enfrentava taxas alarmantes de evasão, repetência em massa e desigualdades profundas no acesso à educação. O cenário era de exclusão sistêmica: milhões de crianças, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas, não completavam o ensino fundamental, enquanto a repetência se tornava quase uma norma, perpetuando ciclos de fracasso escolar e desmotivação. Dados do IBGE da época mostram que, no início dos anos 1990, cerca de 20% dos alunos

**Mauricio Motta**

do ensino fundamental repetiam o ano, e a taxa de conclusão desse nível de ensino mal ultrapassava 50% em algumas regiões.

Nesse contexto, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), o Brasil intensificou sua parceria com o Banco Mundial, aceitando condicionalidades que vinculavam empréstimos à melhoria de indicadores de acesso e permanência escolar. A proposta era ambiciosa e, em teoria, promissora: universalizar a matrícula, reduzir a evasão e promover a democratização do ensino. Para isso, foram implementadas reformas estruturais, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado em 1996, que direcionou recursos para o ensino básico, e a municipalização do ensino fundamental, que buscava descentralizar a gestão educacional e aproximá-la das realidades locais.

A meta de universalizar a educação, amplamente defendida nessas negociações, implicava não apenas ampliar o acesso, mas garantir permanência, conclusão, qualidade e equidade no sistema educacional. No entanto, o Brasil concentrou esforços em indicadores quantitativos, como matrículas e fluxo escolar, negligenciando elementos cruciais como a qualidade do aprendizado e a redução das desigualdades regionais e sociais. Dados do IBGE mostram que, no início dos anos 2000, o país alcançou taxas de matrícula próximas de 100% no ensino fundamental, um marco significativo. Contudo, avaliações como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) revelaram que cerca de 40% dos alunos do 5º ano apresentavam desempenho crítico em leitura em 2003. Além disso, disparidades persistiam: escolas em regiões pobres, como o Norte e o Nordeste, frequentemente operavam sem infraestrutura básica, como água potável ou saneamento, enquanto grupos vulneráveis, como indígenas e alunos com deficiência, enfrentavam barreiras adicionais, como a falta de materiais didáticos adaptados ou professores preparados. Esse descompasso evidencia que a universalização, em sua plenitude, exigia muito mais do que números favoráveis.

No entanto, a tradução desses objetivos em políticas públicas revelou fragilidades. Medidas como a introdução de ciclos de progressão continuada, adotada em estados como São Paulo a partir de 1998, e sistemas equivalentes, como a “progressão parcial” no Rio de Janeiro, acabaram por distorcer o propósito original das reformas. A lógica por trás dessas políticas era aparentemente simples, mas perigosa: se altas taxas de reprovação comprometiam os indicadores exigidos por organismos internacionais, bastava reduzir as barreiras para a aprovação, independentemente do aprendizado efetivo. Assim, nasceu a polêmica prática da “aprovação automática”, um termo que, embora nunca oficialmente adotado, capturava a essência de um sistema que priorizava o avanço formal dos alunos em detrimento da qualidade educacional.

**Mauricio Motta**

Em São Paulo, a progressão continuada foi justificada como uma forma de combater a estigmatização da repetência e manter as crianças na escola. No Rio de Janeiro, a progressão parcial permitia que alunos avançassem mesmo sem dominar conteúdos essenciais, desde que cumprissem requisitos mínimos. Essas políticas, embora "*bem-intencionadas*", criaram um paradoxo: os indicadores de fluxo escolar melhoraram significativamente, com aumento nas taxas de matrícula e redução da evasão e da repetência. Dados do Ministério da Educação mostram que, entre 1995 e 2005, a taxa de aprovação no ensino fundamental subiu de cerca de 70% para quase 90% em algumas regiões. Contudo, avaliações internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), revelaram um quadro alarmante: os alunos brasileiros avançavam de série, mas apresentavam desempenho pífio em leitura, matemática e ciências, colocando o Brasil consistentemente entre os últimos colocados no ranking global.

Esse contraste expôs uma verdade incômoda: o Brasil havia transformado suas escolas em “fábricas de aprovação”, onde o progresso nos registros oficiais não correspondia ao domínio real dos conteúdos. A ênfase em metas quantitativas, como as exigidas pelo Banco Mundial, acabou incentivando soluções de curto prazo que negligenciavam questões estruturais, como a formação inadequada de professores, a infraestrutura precária das escolas e a ausência de políticas robustas de apoio ao aprendizado. Por exemplo, enquanto o Fundef trouxe avanços no financiamento, a distribuição desigual de recursos entre municípios perpetuou disparidades regionais, com escolas em áreas pobres frequentemente operando com orçamentos insuficientes para atender às necessidades básicas.

Além disso, a pressão por resultados rápidos levou a uma cultura de *accountability* que remete à transparência nos atos, nas metas, nos objetivos, nas entregas de resultados, na definição de responsabilidades e, claro, na prestação de contas. A essência do sistema estava baseada em números, mas carente de foco na qualidade pedagógica. Avaliações nacionais, como o SAEB, começaram a revelar que muitos alunos concluíam o ensino fundamental sem habilidades básicas de leitura e escrita. Esse cenário evidenciava que as reformas, embora bem-sucedidas em ampliar o acesso, falhavam em garantir aprendizado significativo.

As reformas educacionais dos anos 1990 e início dos 2000 foram impulsionadas por uma combinação de pressão internacional e aspirações legítimas de modernização. No entanto, o Brasil pagou um preço alto pela priorização de metas numéricas em detrimento da qualidade. Ao transformar escolas em máquinas de aprovação, o país esvaziou o sentido pedagógico do progresso escolar e formou uma geração de alunos que, embora registrados como bem-sucedidos nos índices oficiais, carecia de competências essenciais para a vida e o mercado de trabalho. Erro de cálculo ou premeditação? Os fins justificavam os meios? O resultado seria tão imprevisível que nossos burocratas não conseguiriam

**Mauricio Motta**

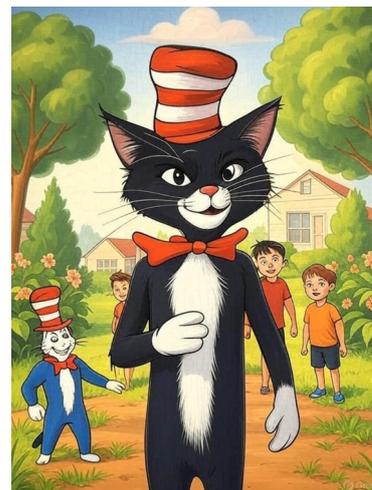
adivinhar? Certamente não, havia método e interesses personalistas envolvidos. O cálculo político se sobrepôs ao idealismo do magistério.

O legado desse período é ambíguo: por um lado, o Brasil alcançou avanços inegáveis na ampliação do acesso à educação, com taxas de matrícula no ensino fundamental próximas de 100% já no início dos anos 2000. Por outro, a incapacidade de alcançar a universalização plena da educação — que combina acesso, permanência, conclusão, qualidade e equidade — reflete o preço pago pela priorização de metas imediatistas. A fragilidade na qualidade do ensino, evidenciada por avaliações como o PISA, e as desigualdades persistentes, especialmente para grupos vulneráveis como indígenas e alunos de regiões pobres, mostram que o Brasil ainda está longe de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e transformador. É verdade que o Banco Mundial e outros organismos internacionais não prescreveram diretamente a “aprovação automática” ou políticas similares. Contudo, ao impor metas rígidas e prazos apertados, contribuíram para a adoção de atalhos que privilegiaram estatísticas em vez de transformações reais. Para além deste mecanicismo, os burocratas não consideraram o fator “corrupção endêmica”, que assola nosso país.

Hoje, ao enfrentarmos os desafios do presente, fica evidente que educação de qualidade exige mais do que números bonitos. Superar esse legado demanda políticas que enfrentem as desigualdades estruturais, invistam na formação docente, modernizem currículos e priorizem o aprendizado efetivo, rompendo com a lógica de soluções de fachada que marcaram as últimas décadas. O Brasil aprendeu, a duras penas, que encher estatísticas não é sinônimo de educar. Cabe agora corrigir o rumo, com políticas que conciliem inclusão e excelência, para que a escola pública seja, de fato, um motor de transformação social.

Ao finalizar este artigo, é no mínimo um gesto de responsabilidade reconhecer que décadas de erros, incidentais ou propositais, não serão resolvidas apenas com o uso de uma caneta Bic ou de uma Montblanc. Antes de corrigir a educação, é fundamental curar a corrupção, iniciando um ciclo virtuoso em que a responsabilidade no trato da *res publica* e a seriedade na condução da educação das novas gerações se retroalimentarão. Só então teremos o Brasil do futuro — com um futuro sustentável — até lá, segue o baile.

Leia também: [The cat in the hat - Uma releitura sob a lente red pill](#)



# SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!

[www.revistaconhecimentocidadania.com](http://www.revistaconhecimentocidadania.com)



[Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania](#)



[revistaconhecimentocidadania@gmail.com](mailto:revistaconhecimentocidadania@gmail.com)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



<https://www.vakinha.com.br/4961006>



[@RevistaConhecimentoCidadania](#)



[Revista Conhecimento & Cidadania](#)

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO &  
CIDADANIA

*Com conhecimento se constrói cidadania*



